



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
 Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>
 Tribunal de Justiça

Ata Nº 183 de 25 de setembro de 2018.

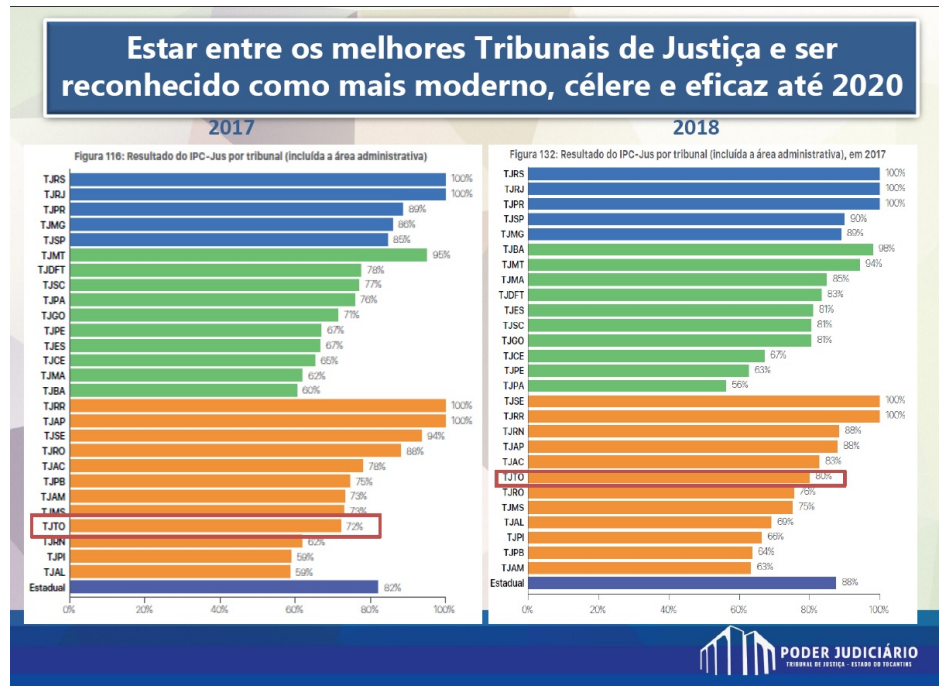
PRESIDÊNCIA/DIGER/COGES/PLANE

ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA PELA EQUIPE DE LÍDERES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - RAE - 2018

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2018, no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, ocorreu a **2ª Reunião de Análise da Estratégia - RAE** pela equipe dos **Líderes** do Planejamento Estratégico para fins de conhecimento e deliberações acerca dos resultados do Justiça em Números 2018 (referência 2017) e resultados parciais das Metas Nacionais 2018.

Às 9h o Presidente, **Desembargador Eurípedes Lamounier** deu início à reunião acolhendo os Líderes do Planejamento Estratégico, o **Desembargador Moura Filho**, Vice-Presidente, o **Desembargador Helvécio Maia Brito Neto** - Corregedor-Geral da Justiça, o **Desembargador João Rigo**, Vice-Corregedor-Geral da Justiça, a **Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe**, representante dos Magistrados de 2º Grau, **Dr. Roniclay Alves de Moraes**, Presidente do Comitê Gestor de Primeiro Grau, **Francisco Cardoso Filho**, Diretor-Geral e ainda os convidados Dr. Adriano Gomes de Melo Oliveira e Dr. Esmar Custódio Vêncio Filho, Juizes Auxiliares da Presidência, Sandro Mascarenhas Neves, Chefe de Gabinete da Presidência e os Diretores Setoriais Francisco de Assis Sobrinho, Diretor Judiciário e Vanusa Bastos, Diretora da CECOM. Presentes ainda a equipe da COGES, o Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos - José Eudacy Feijó de Paiva, João Ornato Benigno Brito, Assessor de Projetos, Elizabeth Maria Lima Barbosa Pugliesi, Assessora Técnica e Anna Paula de Almeida Cavalcanti Ribeiro, Analista Judiciário.

Em seguida, o Coordenador da COGES, José Paiva, fez sucinta explanação acerca dos dados a serem demonstrados que tratam de alguns resultados do TJTO no Relatório Justiça em Números 2018 e a aferição parcial do desempenho nas Metas Nacionais. Assim, passou a palavra para o Assessor de Projetos, João Ornato, que iniciou lembrando a Visão do Poder Judiciário tocantinense, aprovada na Resolução nº 24/2014, que instituiu o Planejamento Estratégico para o período 2015-2020: **Estar entre os melhores Tribunais de Justiça e ser reconhecido como mais moderno, célere e eficaz, até 2020.**



Apresentou a comparação do Índice de Produtividade Comparada - IPC-Jus entre 2017 e 2018 em que o TJTO saiu de 9º colocado dos Tribunais de Justiça de pequeno porte para 6º lugar. O resultado está diretamente relacionado ao esforço realizado para o julgamento e baixa de processos.

A seguir foram analisadas as variáveis básicas do Justiça em Números, quais sejam: casos novos, pendentes, baixados e sentenças.

Dados Gerais do TJTO	2017			2018	%
	1º sem	2º sem	total	1º sem	1s17x1s18
Casos Novos	74.473	77.599	152.072	73.956	-0,7%

					- 517
Casos Pendentes	302.698	305.404	305.404	310.004	2,4% 7.306
Processos Baixados	85.170	75.248	160.418	78.392	-8,0% -6.778
Sentenças	76.641	76.417	153.056	73.639	-3,9% -3.002

A análise foi realizada no confronto dos resultados do 1º semestre de 2017 e 1º semestre de 2018 e demonstrou uma queda no desempenho, que pode vir a comprometer a colocação do TJTO no IPC-Jus. As informações por segmentos estão contidas no Anexo I - Apresentação RAE, evento 2225656.

Ainda no tópico do Justiça em Números, o próximo ponto abordado foi a Execução Fiscal. Foram exibidos os dados referentes casos novos, sentenças, sentenças homologatórias de acordos e os casos sobrestados conforme a seguir:

Execução Fiscal Profiscal	2017			2018	%
	1º sem	2º sem	total	1º sem	1s17x1s18
Casos Novos em Execução Fiscal	1.483	3.918	5.401	7.484*	404,7% 6.001
Sentenças em Execução Fiscal	9.177	6.888	16.065	5.086	-44,6% -4.091
Sentenças Homologatórias de Acordos	8.683	6.879	15.562	7.960	-8,3% -723
Execuções Fiscais Sobrestadas ou suspensas ou em Arquivo provisório	12.938	15.334	28.272	14.862	14,9% 1.924

* A Comarca de Porto Nacional corresponde a 68%

Passando ao tema seguinte, foram apresentados os resultados parciais das Metas Nacionais:

Meta	Descrição	Desempenho	Referência
Meta 1	Índice de julgamento dos processos de conhecimento	TJTO - 92,6% 2º Grau - 94,0% 1º Grau - 94,1% Turmas Recursais - 60,4% Juizados Especiais - 94,6%	Fonte: Sistema de Metas Nacionais agosto/2018
Meta 2	Índice de Julgamento de processos antigos	2º Grau - 107,7% 1º Grau - 31,3% Turmas Recursais - 36,4% Juizados Especiais - 55,6%	Fonte: Sistema de Metas Nacionais agosto/2018
Meta 4	Índice de julgamento das ações de improbidade e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública	2º Grau - 88,6% 1º Grau - 19,71% Turmas Recursais - 20,40% Juizados Especiais - -	Fonte: Sistema de Metas Nacionais agosto/2018
Meta 5	Impulsionar processos à execução	111,11%	Fonte: Sistema Cenarius TJTO setembro/2018
Meta 6	Índice de julgamento das ações coletivas	2º Grau - 60,5% 1º Grau - 33,6%	Fonte: Sistema de Metas Nacionais agosto/2018
Meta 8	Fortalecer a Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres	142,86%	Fonte: Sistema Cenarius TJTO setembro/2018

Acerca do desempenho das Metas 2, 4 e 6, foi informado que há uma solicitação feita pelo segmento da Justiça Estadual, da Rede de Governança Colaborativa, ao CNJ para o retorno do glossário ao mesmo 2017. No entanto há divergências de entendimentos quanto a esse ponto, o que foi esclarecido aos Líderes tendo em vista que a decisão tomada pelo CNJ impactará o grau de cumprimento das metas para a comunicação com a sociedade.

Sem mais assuntos a tratar, o Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e, em especial, dos Desembargadores.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Eurípedes Lamounier, Presidente**, em 04/10/2018, às 20:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Alves Cardoso Filho, Diretor Geral**, em 08/10/2018, às 18:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2215524** e o código CRC **BAD85271**.